

di.
dia
lo.
sia

RESENHAS

REVIEWS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. *Violência nas escolas*. 1. ed. Brasília, DF: UNESCO, 2002. 400 p.

Fernando Luiz Monteiro de Souza

Doutora. Mestre em Geografia Humana – USP.
cabreira@uninove.br

Márcia Maria Cabreira Monteiro de Souza

Mestre em Ciência Política – USP;
Graduado [licenciatura plena] em Ciências Sociais – UERJ.
flms@uol.com.br

A ESCOLA E O DESAFIO DA VIOLÊNCIA

A publicação é o resultado de pesquisas realizadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) a respeito dos jovens escolarizados no Brasil, buscando interpretar as diferentes percepções e proposições sobre o fenômeno da violência em diversas comunidades escolares, com base nos princípios de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser. As autoras têm ampla experiência na condução desse tipo de investigação: Miriam Abramovay, psicóloga e educadora, é consultora do Banco Mundial em pesquisas e avaliações nas temáticas de gênero, juventude e violência; Maria das Graças Rua, professora da Universidade de Brasília (UNB), é consultora da Unesco para os mesmo temas.

A violência, por si só, é uma ocorrência grave no ambiente da escola, seja pelo que significa para os diretamente envolvidos, seja por fragilizar a escola como lugar de diálogo e de construção de um saber solidário e humano. Com esse entendimento, as autoras partem de um conceito ampliado da noção de violência, que pode ser entendida como ação causadora de danos ou como um conjunto diverso de impressões descritas pelas pessoas pesquisadas. Apontam também para o fato de, atualmente, as diferentes manifestações de

violência abalarem o sentido da educação e, mais especificamente, o da instituição Escola. O trabalho descreve que, mesmo diante de tal complexidade, a violência na escola caracteriza-se por ferir, sangrar e matar, como ato de incivilidade, de preconceito, de desconsideração sobre o outro e o diferente, sendo muitas vezes naturalizada e infiltrada entre alunos, professores e pais, a constituir uma identidade própria que se processa no interior da escola e interage, fortemente, com seu ambiente social.

Para captar e recompor os fragmentos do universo investigado, o arcabouço metodológico se orienta por duas abordagens: a extensiva e a compreensiva. A primeira caracteriza-se pela aplicação de *surveys*, conferindo representatividade aos dados coletados na amostra das 14 capitais brasileiras. Já a segunda busca as manifestações da vida social pelo emprego da técnica dos grupos focais, entrevistas individuais semi-estruturadas com 2.155 pessoas e abordagem *in loco* nas escolas. Conforme definem as autoras, a mistura das metodologias mostra-se elemento importante para abranger de maneira mais ampla o objeto da investigação.

Os resultados da pesquisa são organizados em cinco capítulos que abordam o tema violência em relação ao ambiente escolar, ao funcionamento da escola, às relações sociais em seu interior, à exclusão social e ao racismo. No último capítulo, elas fazem algumas recomendações de como se pode trabalhar o problema da violência.

No capítulo inicial, as autoras tratam de posicionar o tema da violência na escola em uma perspectiva mais ampla, baseada na literatura internacional sobre o tema, demonstrando a recorrência dessa temática em diversas partes do globo e como vários autores chamam a atenção para o enfrentamento da questão de maneira mais complexa. O conceito de incivilidade, a partir de sua relação com o contexto da modernidade, é utilizado para aprofundar a análise do fenômeno da violência escolar. As referências internacionais são relacionadas de forma comparativa à literatura brasileira sobre o tema e apontam o contraste das especificidades locais e suas eventuais lacunas. Ao mesmo tempo, o conjunto da literatura examinada permitiu a conceituação da violência como uma intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro, ou contra si mesmo, e suas manifestações: verbal, simbólica e institucional.

No capítulo 2, O ambiente da escola, a preocupação é mostrar que o ambiente escolar, entendido no trabalho como sendo não apenas o interior da escola, mas também suas imediações, é o lugar onde as diferentes formas de violência ocorrem: a falta de sinalização e iluminação nas vias públicas, a presença de bares ou botequins próximos às escolas vendendo bebida alcoólica a menores de idade — apesar da proibição —, a existência de gangues e tráfico de drogas, todos fatores que tornam a escola um espaço inseguro. Os dados mostram que as comunidades entrevistadas vêm, na solicitação da presença da polícia no ambiente escolar, um fator de reconstrução da segurança; porém, apontam que nem sempre essa presença resulta na mudança do quadro. Na maior parte das vezes, o efeito esperado — coibir as diferentes formas de violência — não ocorre. A pesquisa demonstra que, para a maioria dos entrevistados, há despreparo da polícia para trabalhar em escolas, por não saber como lidar com os jovens. A polícia, por sua vez, reclama que, muitas vezes, é chamada a intervir em situações que não são de ordem criminal, e sim de funcionamento interno da unidade escolar. A própria escola auto-avalia-se despreparada na hora de saber quais tipos de auxílio a polícia é habilitada a prestar.

No capítulo 3, intitulado A escola: funcionamento e relações sociais, são trabalhadas questões referentes aos processos de construção da convivência e das relações sociais, de forma geral na escola e, especificamente, na sala de aula. A escola é vista como lugar das mais variadas formas de tensão, pelo fato de diferentes interesses e formações culturais estarem em contato naquele espaço. Fica claro, na análise feita pelas pesquisadoras, que ninguém nega a necessidade de regras para mediar as tensões existentes; o que se questiona são os procedimentos de elaboração e execução dessas regras pela escola. Os entrevistados interrogam, por exemplo, o tipo de coerção a que estão submetidos para que a ordem escolar seja alcançada: horário das aulas, uso de uniforme e de identificação, práticas proibidas ou permitidas. Entre as principais queixas, os alunos entrevistados apontam que há arbitrariedade, falta de critérios e abuso de poder na aplicação de punições.

Questionados sobre o que menos gostavam na escola, os alunos apontaram seus próprios colegas. Tal fato chama atenção, pois mesmo tendo um papel fartamente discutido na atualidade, a

escola ainda é vista como local de encontro dos jovens, percepção que os resultados indicam estar em mudança. A explicação de tal fenômeno está no fato de hoje a agregação dos jovens não ser o critério de pertencimento a uma organização institucional da classe de alunos; o que promove a construção desse sentimento de pertencimento se dá no campo alternativo à escola — são os grupos de *rappers*, grafiteiros e galeras várias. Essas formas de agrupamento não precisam passar pela escola, aliás, ela costuma banir de seu repertório esses tipos de manifestação. Tais questões levam a refletir sobre um papel social importante da escola: até que ponto, apesar de todo um discurso acadêmico nessa direção, a escola funciona como fator de inclusão?

Em seguida, no capítulo 4, Escola, exclusão social e racismo, são problematizadas as relações entre racismo e exclusão no espaço escolar. As autoras partem da preocupação em destacar as dimensões do imaginário sobre o significado da escola na vida dos alunos. Ela é realmente vista como peça importantíssima para obtenção de uma vida melhor, mas também como local de exclusão social. A visão que a comunidade escolar tem dela é de um espaço de socialização, formação de opinião, atitudes e de desenvolvimento pessoal, objetivando a promoção da cidadania e da capacidade crítica. Esses elementos têm, segundo as pesquisadoras, papel de destaque na preparação do jovem para o mercado de trabalho. A frustração então ocorre quando nem sempre a escola, em especial a pública, dá conta dessa tarefa. Chama a atenção o fato de que, ao mesmo tempo que é apontada como local de reprodução de situações de violência e discriminações de ordem moral, física e simbólica, grande parte dos alunos tem uma visão positiva do ensino, do estudo e da própria escola.

As formas de violência que não são físicas são as mais difíceis de comprovar. Algumas manifestações de racismo podem ser vistas dessa maneira — aliás, essa é uma forma de exclusão social muito presente no sistema educacional e na sociedade brasileira de um modo geral. Algumas piadas ou brincadeiras que aparecem no cotidiano são ótimos exemplos de tal situação, pois vêm travestidas de certa dose de pseudocordialidade. Em alguns apelidos dados aos alunos negros, pode-se ver tal situação: ‘Nescau’, ‘Picolé de Asfalto’, ‘Pelezinho’. Interpelada sobre esse assunto, a comunidade escolar nega a discriminação racial.

Outra questão importante é a análise do significado que se confere à diferença de qualidade de ensino oferecido nas escolas públicas e nas particulares. A maioria dos alunos não-brancos frequenta escolas públicas que têm uma qualidade de ensino reconhecidamente muito inferior à das particulares; já os alunos brancos, majoritariamente, frequentam escolas particulares. Tal situação traduz-se em oportunidades desiguais de sucesso a esses dois grupos, estabelecendo assim as bases para a discriminação social e realimentando os processos sociais de exclusão e violência simbólica.

Tanto os alunos quanto o corpo técnico-pedagógico apontam que as notas, o nível de exigência e as falhas disciplinares são os motivos que levam a uma das formas de violência contra a pessoa — a ameaça. As mais comuns são retaliação física depois do horário de aula e fora da instituição de ensino. A pesquisa levantou que os bate-bocas, brigas e discussões são tratados como lugar comum, ocorrências corriqueiras, num processo de banalização da violência e legitimação de seu uso para solucionar os conflitos. Quando ocorre briga entre os alunos, a reação mais freqüente entre eles é a do incentivo ao conflito; poucos se envolvem na tentativa de separar os colegas e somente depois é que recorrem às autoridades escolares. Já o corpo técnico-pedagógico diz que o mais usual é chamar as autoridades para mediar o conflito. A utilização de armas brancas também é vista como normal, inclusive para alguns pais; para boa parte dos alunos, seu uso é legítimo e necessário para que se sintam protegidos.

No capítulo 5, *As violências nas escolas: ocorrências, praticantes e vítimas*, as autoras centram a discussão na violência física, apresentando-a em suas diversas formas: pequenos roubos, vandalismo e incivildades (empurrões, interpelações, humilhações e ofensas verbais), e a classificam em três grupos diferentes: contra a pessoa, contra a propriedade e contra o patrimônio.

Ao final do livro, no capítulo 6, *Repercussões da violência e soluções alternativas* — as autoras recomendam algumas ações para mudar esse quadro. São as seguintes:

- 1) Cuidados com o entorno ou vizinhança da escola — zonas seguras;
- 2) Lazer e a abertura do espaço escolar;
- 3) Interação entre escola, família e comunidades;

- 4) Atividades de cunho transdisciplinar;
- 5) Melhoria do ‘clima’ da escola, com cuidados físicos e de limpeza, além da montagem de laboratórios de ciências e informática;
- 6) Regras claras de disciplina e de expectativa quanto ao comportamento e desempenho escolar dos alunos;
- 7) Sensibilização profissional – trabalho com professores e funcionários a respeito das questões relacionadas à violência;
- 8) Segurança na escola;
- 9) Uso da mídia – promoção de debates com jornalistas e outros profissionais estimulando representações positivas dos jovens;
- 10) Valorização da organização dos jovens;
- 11) Articulação da escola com as Secretarias de Educação e os Conselhos Tutelares;
- 12) Apoio especializado ao processo de implantação de medidas.

As medidas propostas pelas autoras estão relacionadas com a implementação de políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal. Em nível local, ou seja, na escola, o combate à violência deve começar pelo envolvimento de professores, alunos, funcionários, pais, mídia, polícia etc. Isso significa que o combate à violência na escola se torna uma ação com possibilidade de acerto se a comunidade escolar estiver plenamente envolvida.

Por fim, o relatório apresenta como característica especial a amplitude e diversidade de dados, já que cobre uma dimensão bastante extensa do território brasileiro, o que não é pouco se comparado a outros estudos sobre o tema e até mesmo aos dados coletados por órgãos públicos, baseados principalmente em uma metodologia quantitativa. Tal característica da investigação permitiu que o estudo fosse extenso e de caráter mais profundo no que se refere à identificação dos meandros das diferentes manifestações da violência, estimulando, assim, a compreensão do leitor, mesmo que o texto seja direcionado aos educadores e não aos educandos.

A apresentação das tabelas e gráficos poderia ser mais cativante, pois estes parecem apenas cumprir uma função quase burocrática e formalista, sendo pouco atraentes aos olhos do leitor. Com isso, perde-se muito do seu potencial ilustrativo em relação às questões apontadas pelas autoras.

Contudo, o livro apresenta uma boa organização das idéias e dos capítulos. O leitor dedicado a entender o problema da violência escolar o achará muito útil, especialmente pelas sugestões de como agir em um contexto de violência e também por servir de base para que a sociedade possa repensar o papel da educação nos tempos atuais e o legado que o mundo adulto deseja transmitir para as crianças e jovens do país.